



Redução de riscos

JERSON KELMAN

Em comunicado oficial, a Light esclareceu que não existem os noticiados "bueiros bomba". Se existissem, seria obrigação da empresa isolar os locais para proteger as pessoas. Dito isso, é preciso esclarecer, sem subterfúgios, que não existe sistema elétrico 100% seguro. Em nenhum lugar do mundo. Mesmo em instalações totalmente novas, sempre há possibilidade de falhas.

Quando as falhas ocorrem, em geral causam interrupções no fornecimento de energia, mas não situações de risco para os transeuntes. Muitos dos cabos são dimensionados para se partirem pelo aquecimento provocado por falhas elétricas. Quando se partem, às vezes soltam fumaça, sem perigo para os passantes. Todavia, por segurança, qualquer anormalidade deve ser imediatamente comunicada à Light. Até porque um leigo não saberia diferenciar esses casos mais simples daqueles que colocam as pessoas em risco.

Onze anos atrás, muitas instalações subterrâneas da Pepco, companhia de eletricidade de Washington D.C., capital dos EUA, soltavam fumaça, pegavam fogo ou explodiam. A empresa Stone & Webster foi contratada para diagnosticar o problema e indicar soluções. Durante os primeiros sete meses de 2001, enquanto a consultora analisava os procedimentos da concessionária, ocorreram 14 novas explosões. Trata-se de uma frequência ainda maior do que a compilada pela imprensa em relação à rede subterrânea da Light (uma vez a cada três meses). No entanto, a consultora concluiu que a Pepco até que não estava tão mal, quando comparada a outras concessionárias norte-americanas. Os internautas podem facilmente encontrar relatos sobre recentes explosões nos EUA, inclusive uma ocorrida exatamente há um ano no centro da cidade de Nova York.

Forneço essas informações, não

para justificar a terrível explosão em Copacabana, que por pouco não resultou em tragédia ainda maior, e sim para explicar ao leitor que sistemas elétricos subterrâneos são mais complexos do que os aéreos e são associados a maiores riscos. "Explosões de bueiros" não ocorrem apenas no Brasil. Muito pelo contrário!

O dever de uma concessionária de serviço público é trabalhar diuturnamente para atender com qualidade os seus consumidores e assegurar um ambiente seguro para todos. Nesse sentido, a Light, no ano passado, contratou e treinou um grande número de eletricitistas e iniciou a instalação de um sistema de monitoramento remoto de suas principais instalações subterrâneas, para pronta identificação de qualquer problema e consequente redução do risco de acidentes. Em cinco anos, a Light aumentou em 157% o seu investimento anual no sistema de distribuição, de R\$ 210 milhões (2006) para R\$ 539 milhões (2011). Mas, obviamente, precisamos fazer mais e melhor. Para isso contratamos duas consultorias altamente capacitadas (o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica — Cepel, e a empresa holandesa Kema) para nos assessorar a melhor planejar e operar as nossas instalações.

É também dever das concessionárias de serviço público colaborar com o Poder Público, como a Light e as demais fizeram quando aderiram à iniciativa da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para mapear a ocupação do subsolo. No sentido inverso, cabe ao Poder Público assegurar as condições para que as concessionárias possam exercer, sem entraves, as suas responsabilidades. A Light necessita da atuação da autoridade municipal para a desobstrução de obstáculos, inclusive formados por aglomerações humanas, que possam dificultar o livre acesso de nossas equipes a instalações elétricas. Foi o que nos motivou a endereçar à prefeitura do Rio, em 4 de janeiro de 2011, correspondência solicitando providências para a desocupação pelo restaurante Sushi Leblon do espaço sobre os tampões da Light, que foi objeto de uma reportagem publicada ontem pelo O GLOBO.

JERSON KELMAN é presidente da Light.